

## **O MEDO DA “REVOLUÇÃO SOCIAL” NA “TERRA DOS PINHEIRAIS”: IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA SOCIEDADE CURITIBANA, 1947-1964.**

Andrea Beatriz Wozniak-Giménez

Este texto tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a cultura política brasileira, centrando-se principalmente nas influências, funções e motivações dos imaginários sociais. Tais reflexões constituem-se no resultado de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender e analisar o imaginário anticomunista que envolveu a sociedade curitibana, no período 1947-1964.<sup>1</sup> Nesta, tratou-se de evidenciar as relações e interrelações entre os imaginários sociais, os valores e identidades culturais e os interesses político-econômico-culturais em destaque na sociedade daquele contexto.

Os conceitos de representação e imaginário social, fundamentados, principalmente, em Roger Chartier<sup>2</sup> e Bronislaw Baczko<sup>3</sup>, foram fundamentais para analisar o anticomunismo em suas dimensões sócio-cultural e político-ideológica, a partir das quais ganha destaque a capacidade mobilizadora dos medos sociais do fenômeno, assumindo funções relacionadas ao exercício e à manutenção do poder na sociedade. Os trabalhos de Pierre Bourdieu<sup>4</sup>, analisando o poder simbólico entre grupos sociais e as influências de valores sócio-culturais introjetados, e de Pierre Ansart<sup>5</sup>, sobre a mobilização dos afetos e das paixões políticas, também atuaram diretamente na problematização e análise do fenômeno.

A pesquisa centrou-se num conjunto de representações anticomunistas que circulou nas principais revistas de produção e recepção entre as elites e as classes médias curitibanas entre 1947 e 1964.<sup>6</sup> Através de suas páginas, pôde-se compreender e analisar as crenças, as perspectivas político-econômico-culturais, os projetos de sociedade, as esperanças, os medos e os sonhos coletivos compartilhados por grande parte das elites e das classes médias curitibanas naquele contexto. Para além de oferecerem informações, conhecimento e divertimento para seus públicos leitores, as revistas colocavam-se como instrumentos dos interesses político-econômicos de seus grupos de influência, cumprindo funções sócio-políticas, tais como: angariar adesões, construir e reforçar as identidades e as

posições sociais, difundir modelos e códigos formadores, embasar política e culturalmente as práticas sociais, etc. As representações que colocavam em circulação buscavam traduzir e legitimar a ordem social vigente, pois se encontravam atreladas às instâncias de poder estabelecidas na sociedade do período. Constituíram-se, também, em espaços fecundos de disseminação do imaginário anticomunista.

Segundo Luciano Bonet o anticomunismo deve ser analisado como um conjunto de idéias, representações e práticas, constituindo-se num fenômeno complexo, ideológico e político de variações singulares, dependente do contexto histórico e social de cada sociedade.<sup>7</sup> Na história contemporânea brasileira o fenômeno cumpriu funções político-ideológicas, entrelaçando-se aos medos de desestruturação da ordem social e à defesa das instituições estabelecidas. Assim, enquanto fenômeno político-cultural, o anticomunismo vem recebendo destaque entre as análises que enfocam o campo das representações, dos mitos e dos imaginários políticos e sociais contemporâneos.

No período 1945-1964, o anticomunismo perpassava todo o tecido político e social brasileiro, constituindo-se num elemento identitário dentro das bases sócio-culturais de vários grupos sociais, tanto conservadores quanto liberais, como católicos, militares e segmentos das elites econômicas. Seu imaginário próprio, possuidor de mecanismos de (re)atualização de seus dispositivos e representações, colocou-se como um mobilizador dos medos sociais: o receio de rupturas nas estruturas sociais estabelecidas, a apreensão frente a mudanças de regime político-econômico, frente à possibilidade de proibição do cristianismo, o medo da perda das liberdades e do direito da propriedade privada, etc.

Os enfrentamentos político-culturais entre EUA e URSS, a partir do final dos anos 40, atuaram na intensificação do “perigo comunista”, principalmente nos países com relações mais estreitas com os EUA, como ocorreu no caso brasileiro. Paralelo à situação de tensão da Guerra Fria, o contexto sócio-histórico nacional, repleto de movimentos sociais e de grupos reformistas, vinculados ou não à esquerda política, também entregou sentido, aderência e força mobilizadora para o sentimento anticomunista, engendrando a repulsa e o

combate ao comunismo e ao que fosse apreendido dentro de sua lógica, como ocorreu com a perspectiva nacional-reformista.

No contexto 1961-1964, período de efervescência da luta por reformas sociais na sociedade brasileira, o imaginário anticomunista também se intensificou entre os grupos anti-reformistas. Como contraposição aos novos sujeitos sociais reivindicantes, que pressionavam a sociedade em busca de inclusão nos direitos democráticos, mobilizavam-se os instintos de auto-conservação dos grupos temerosos pelo comprometimento de suas crenças, perspectivas políticas e interesses particulares. Frente à ampliação do nacional-reformismo, buscavam reforçar e manter a democracia de elites praticada no país. Tais questões auxiliam na compreensão do apoio que amplos grupos das elites e das classes médias brasileiras entregaram ao Golpe Militar.

Dentro do contexto 1945-1964, as elites e as classes médias curitibanas encontravam-se envoltas pelo imaginário de desenvolvimento e progresso, dinamizado no mundo pós-guerra. Tais grupos viviam a euforia da perspectiva de modernização da sociedade, advinda das transformações nas estruturas econômicas e sociais dinamizadas no Paraná. Inspirados no modelo capitalista de sociedade e nos preceitos de uma “democracia cristã”, respaldada pelas diretrizes oficiais da Igreja Católica, tais grupos defendiam uma modernização conservadora para a sociedade paranaense, assim como para o país. Através de uma política sócio-econômica, que privilegiasse e reforçasse as estruturas e as instituições estabelecidas, buscava-se impulsionar o desenvolvimento e o progresso desejados, reforçar as relações de poder tradicionais, assim como apaziguar os focos de tensão social do Estado.

Em decorrência da perspectiva de desenvolvimento dinamizada e defendida, que privilegiava os anseios de determinados grupos sociais em detrimento da ampliação da esfera dos direitos democráticos, o Paraná e a sociedade curitibana preencheram-se de contradições e de desigualdades sociais. Estas evidenciavam-se tanto nas constantes tensões de terras pelo interior do Estado, quanto nos problemas advindos da carestia, do inchaço urbano e da ampliação da pobreza e da fome nos espaços urbanos, como Curitiba.

O contexto de tensões locais, a efervescência de movimentos nacional-reformistas e as repercussões dos enfrentamentos da Guerra Fria, mobilizavam o imaginário anticomunista, atuando na colagem do anticomunismo às questões regionais.

Assim, em Curitiba, onde seus grupos dirigentes buscavam construir uma imagem dentro dos padrões “ocidentais-cristãos” e dos símbolos de modernidade do período, o anticomunismo encontrava-se entre os discursos e as práticas de vários segmentos das elites e das classes médias locais, da Igreja Católica, dos partidos políticos tradicionais e dos grupos conservadores, assim como disperso em seus órgãos de informação e divulgação. As possibilidades de ampliação da intervenção estatal nos assuntos econômicos ou a questão da (re)distribuição de riquezas, terras e direitos sociais, despertavam vários receios, entre eles o medo da possibilidade de deflagração de uma “revolução social” no Brasil. Mobilizava-se entre as elites e as classes médias locais o receio frente às possibilidades advindas de uma “revolução comunista” no país, a qual colocaria em risco tanto seus valores sócio-culturais e as estruturas sociais estabelecidas, quanto comprometeria suas perspectivas de sociedade, dentro das quais eram privilegiados seus interesses e relações de poder.

Percebe-se que o imaginário anticomunista desenvolveu funções complexas entre as elites e as classes médias curitibanas, relacionadas diretamente ao exercício e à manutenção do poder. Por um lado buscava construir o consenso negativo sobre o comunismo, principalmente, inviabilizando suas concepções de sociedade enquanto soluções pertinentes para os problemas sociais brasileiros. Dentro desta lógica, envolvia em suas tramas outras perspectivas de sociedade, assim como movimentos e grupos sociais, que eram percebidas como comprometedoras para as instituições sociais estabelecidas, dentro das quais seus interesses encontravam-se resguardados, como aconteceu com a efervescência dos movimentos sociais e os discursos e as práticas nacional-reformistas, defendidos por vários grupos no período.

Por outro lado, dentro do duplo processo de inviabilização/legitimação desencadeado pelo imaginário, ao buscar construir e reforçar a oposição ao comunismo, envolvendo até

mesmo outras concepções nas teias do imaginário de desestruturação do todo social e na possibilidade da “revolução social”, o anticomunismo tratava de auxiliar na manutenção, na defesa e na legitimidade das estruturas sociais estabelecidas, dos interesses dos grupos em alerta, assim como de seus sonhos coletivos de sociedade. Buscando desmoralizar as propostas e os grupos considerados comprometedores para um certo tipo de sociedade, como aconteceu com o nacional-reformismo e com os movimentos sociais, através da amplificação do imaginário anticomunista, direcionava-se e incentivava-se a tomada de posicionamento, assim como construía-se a coesão social em defesa de interesses particulares de determinados grupos sociais, já instalados no centro do poder local.

A partir da análise das representações que circularam nas principais revistas curitubanas, percebeu-se que as principais motivações anticomunistas que circularam entre as elites e as classes médias locais foram: a interrupção da democracia estabelecida, a desintegração das bases cristã e dos padrões “ocidentais-cristãos” de sociedade, a supressão das liberdades individuais, a ampliação do intervencionismo estatal, a ruptura das relações capitalistas de produção e consumo e a possibilidade de convulsão social a partir das grandes massas populares. Tais motivações encontravam-se intimamente ligadas às identidades e interesses sócio-políticos dos grupos sociais em questão.

As notícias que circulavam sobre as condições de vida nos países considerados socialistas, assim como sobre suas lideranças ou sobre as “infiltrações” e as “conspirações” comunistas, visando a ampliação da influência a outros países e à tomada do “poder mundial”, mobilizaram constantemente os medos e afetos das elites e das classes médias curitubanas durante o período analisado. A disseminação de imagens desmoralizadas dos países socialistas e de seus líderes, assim como de cenários de destruição, sofrimento, falta de liberdade, miséria, brutalidade e fracasso, colocava-se entre as estratégias de inviabilização do comunismo, desencadeadas pelo imaginário anticomunista. Nas tramas da repulsa ao comunismo estava o despertar da resistência e do combate, assim como a legitimação e a defesa do modelo de sociedade defendido pela coletividade em alerta.

Como se pôde perceber, dentro de um contexto de efervescência de movimentos sociais reivindicatórios e reformistas dispersos por todo o Brasil, inclusive dentro da própria sociedade curitibana, o imaginário anticomunista das elites e das classes médias envolveu também a conjuntura sócio-histórica, dentro dela os movimentos sociais e as propostas nacional-reformistas para a sociedade brasileira. Grande parte dos movimentos sociais, percebidos como comprometedores para as instituições democráticas estabelecidas, foram envoltos nas teias do imaginário anticomunista, dentro das quais buscava-se desmoralizá-los, retirando-lhes a legitimidade de suas reivindicações. As elites e as classes médias curitibanas demonstravam grande ansiedade por salvaguardar a ordem estabelecida e legitimar suas propostas de apaziguamento das questões sociais e de manutenção de suas relações de poder.

Tanto a conjuntura nacional polarizada, dentro da qual se explicitavam e ganhavam força propostas nacional-reformistas para a sociedade brasileira, quanto as repercussões da Revolução Cubana, percebida como “infiltração comunista” na América, amplificaram o imaginário anticomunista na sociedade brasileira. As elites e as classes médias mergulhavam em notícias e boatos sobre “infiltrações” e “conspirações” comunistas dispersas por toda a sociedade brasileira, principalmente entre os integrantes do Governo Goulart e entre os principais grupos nacional-reformistas em evidência: Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro, Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, Ligas Camponesas, Frente Parlamentar Nacionalista, etc. Buscava-se desmoralizá-los e envolvê-los com a imagem do “perigo comunista”. Na mobilização do imaginário anticomunista estava o desejo de canalizar as energias e as paixões políticas da coletividade, direcionando práticas políticas e, como ocorreu na crise que levou à derrubada do Governo Goulart, despertar a tomada de posicionamento, construindo a coesão em torno da defesa das estruturas sociais e dos espaços de poder estabelecidos.

Às vésperas do Golpe Militar de 1964, na sociedade curitibana entrelaçavam-se símbolos e motivações anticomunistas na perspectiva da defesa das estruturas sociais estabelecidas, as quais eram percebidas como salvaguardas de interesses político-

econômicos e de valores sócio-culturais. Após o Golpe Militar que desfechou o Governo Goulart, circularam nas revistas curitibanas “saudações” aos militares e notas de apoio assinadas por vários integrantes das elites e das classes médias locais. Buscava-se legitimar o golpe e demonstrar que as transformações ocorridas na trajetória política do país eram boas e necessárias para a consolidação das “tradições cristãs e democráticas” da sociedade brasileira. Percebe-se que grande parte das elites e das classes médias curitibanas, unidas a partir de motivações heterogêneas, relacionadas e entrelaçadas através do imaginário anticomunista, apoiou e defendeu o Golpe Militar de 1964. Entre as principais motivações, que uniu diversos grupos sociais, estava a defesa da ordem estabelecida e as estruturas sociais, que se acreditava estarem ameaçadas frente às possibilidades abertas pelo nacional-reformismo, pela ampliação dos partidos e segmentos de esquerda e pela efervescência de movimentos sociais por todo o Brasil.

Constituindo-se num elemento identitário de vários grupos sociais, a partir da instrumentalização do imaginário anticomunista alguns grupos e instituições específicas da sociedade alcançaram ganhos políticos, econômicos e sociais, tanto na manutenção de suas relações de poder, quanto na legitimação de projetos particulares. Entre os principais disseminadores de motivações anticomunistas particulares, durante o período em questão, estiveram as elites econômicas e os grupos católicos. Percebe-se que, entre as finalidades do imaginário anticomunista mobilizado e propagado na sociedade esteve, muitas vezes, a defesa de interesses particulares: os interesses político-econômicos dos grupos da iniciativa privada, as perspectivas de sociedade cristãs dos grupos católicos, assim como a busca por construir a coesão social, angariar adesões e entregar legitimidade em torno de seus projetos para a sociedade, através dos quais seus interesses encontravam-se salvaguardados, como na defesa de uma modernização conservadora para a sociedade.

Através da análise do imaginário anticomunista, disseminado a partir das principais revistas e órgãos de informações e divulgação curitibanos, evidencia-se, recorrentemente, a relação entre a mobilização dos afetos em torno do “perigo comunista” e a defesa dos interesses católicos e/ou econômicos, intimamente relacionados às identidades e aos

interesses particulares das elites e das classes médias curitibanas. Ao anticomunismo católico esteve interligada a luta por redefinição e pela manutenção do espaço de poder do catolicismo e dos princípios cristãos, em meio às transformações político-econômico-culturais do mundo contemporâneo, travada pela Igreja Católica e por seu corpo de fiéis atuantes. Já através do anticomunismo das elites econômicas explicitavam-se as preocupações com a supressão das tensões sociais da classe trabalhadora, com o desenvolvimento da produção e de seus interesses político-econômicos, assim como com as ambições e apreensões frente à supressão da ampliação das relações capitalistas de produção e consumo dentro da sociedade paranaense. Tais questões não diziam respeito somente às elites e às classes médias curitibanas, faziam parte de processos nacionais e internacionais, mobilizando grupos católicos e econômicos, entre outros, frente à defesa de seus interesses particulares, assim como frente à necessidade percebida de reforçar e de manter suas relações de poder estabelecidas na sociedade ocidental.

Finalizando este artigo, cabe ressaltar a importância da ampliação de estudos sobre as representações políticas e os imaginários sociais para a compreensão da cultura política brasileira, em especial as perspectivas regionais, sobre a quais alguns temas, como o próprio anticomunismo, encontram-se recebendo suas primeiras análises recentemente. Ao buscar analisar e compreender o imaginário anticomunista que envolveu a sociedade curitibana nas décadas de 50 e 60, verificou-se o quanto o fenômeno esteve interrelacionado a outras questões, principalmente às disputas em torno dos espaços de poder do período. O imaginário anticomunista atuou diretamente na manutenção de permanências sociais, políticas, econômicas e culturais tanto dentro do contexto regional, quanto do nacional.

---

<sup>1</sup> WOZNIAK-GIMÉNEZ, Andrea Beatriz. O Medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: Imaginário Anticomunista na sociedade curitibana, 1947-1964. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2003.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

<sup>3</sup> BACZKO, Bronislaw. ‘Imaginação social’. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda/ Editora Portuguesa, 1985.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>5</sup> ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.



---

<sup>6</sup> A Divulgação (1947-1964), Panorama (1953-1964), Paraná Econômico (1953-1964), Boletim de Informação da Federação das Indústrias do Paraná (1958-1962), Planalto Paranaense (1961-1964) e Indústria (1962-1964) - todas pesquisadas no acervo da Divisão Paranense da Biblioteca Pública do Paraná.

<sup>7</sup> BONET, Luciano. 'Anticomunismo'. In: BOBBIO, Norberto (ed.). Dicionário de Política. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p.34.